



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2182
12 março 2002
Original: português

**DISCURSO DO GOVERNADOR SUPLENTE POR PORTUGAL
NA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA**

Rodolfo Vasco Lavrador

1. É com muito prazer e orgulho que, em nome do Governo português, me dirijo a esta Assembleia, muito em especial por ela ocorrer no Brasil, país a que nos ligam tantos laços históricos, culturais, políticos e económicos, país que designamos com genuína fraternidade como o nosso “país irmão”. Gostaria, ainda, de dar as minhas sinceras felicitações a todos os que contribuíram para a excelente organização desta reunião anual em Fortaleza, no Ceará.
2. Todos sabemos que os últimos doze meses foram particularmente difíceis e as razões políticas e económicas porque assim aconteceu. Vivemos um ano de abrandamento económico, com efeitos adversos, tais como a diminuição do comércio mundial, a deterioração dos termos de troca e das condições financeiras internacionais, particularmente difíceis para os países em desenvolvimento. Mas, os últimos dados disponíveis nos Estados Unidos e na Europa apontam, embora continuem a haver riscos, para uma recuperação que nos permite estar optimistas quanto ao futuro.
3. Um crescimento económico sustentado deve ser prosseguido de par com progressos efectivos na coesão social a nível global, pelo que devemos assumir com maior empenho como objectivo para os países em desenvolvimento a criação de condições que lhe permitam usufruir de maiores fluxos de capital e maiores volumes de investimento privado, por forma a que esses países também beneficiem da recuperação que se perspectiva.
4. A concretização e a evolução da aplicação desses fluxos de capital e desses investimentos pressupõem a adopção pelos países em desenvolvimento das políticas correctas, sem tentações populistas, no que respeita a uma gestão macro-económica sólida, sem o que não é realista acreditar na retoma da confiança dos mercados financeiros nesses países.
5. Os bons dados do BID nos últimos anos demonstram – aproveito para dar os meus parabéns à Administração e à Direcção por esses resultados - , indubitavelmente, o seu papel como principal credor multilateral da região e, desse modo, a função catalizadora dos fluxos financeiros e dos investimentos necessários à mesma.

6. Não obstante os bons resultados obtidos, é sempre necessário reflectir sobre as formas de apoio aos países beneficiários, de modo a facultar uma resposta cada vez mais eficaz aos objectivos do BID.
7. A este respeito, gostaria de louvar os esforços desenvolvidos, desde a última reunião anual da Assembléia de Governadores, quer pela Direcção, quer pelo Conselho de Administração, no sentido de dotar o Banco com instrumentos de ajuda flexíveis e transmitir a minha apreciação pelo trabalho de análise e reflexão elaborado no domínio da eficácia da ajuda.
8. Neste contexto, gostaria também de agradecer ao Banco a apresentação dos dois relatórios sobre a eficácia da ajuda e do relatório elaborado pelo Grupo Consultivo Externo sobre o futuro papel do BID.
9. Encorajamos o Banco a continuar a trabalhar nestas matérias, no sentido de proceder às reformas necessárias a uma maior qualificação e quantificação dos resultados e impacto da ajuda.
10. Quanto ao relatório do Grupo Consultivo Externo, parece-me uma excelente base de trabalho, embora algumas das recomendações que inclui devam ser, agora, reflectidas em conjunto, com ponderação e realismo.
11. Algumas dessas recomendações devem ser consideradas, a nosso ver, como prioritárias. São os casos do reforço da abordagem do Banco no que respeita à gestão do risco, o aprofundamento do seu envolvimento no processo de integração regional e a simplificação dos instrumentos de apoio ao sector público.
12. Também me parece promissora a ideia dos Programas Nacionais de Competitividade, da responsabilidade dos próprios países beneficiários, tendo subjacente o diálogo entre estes países e o Banco. No entanto, não devemos perder de vista os objectivos primordiais do Banco que são a redução da pobreza, a equidade social e o desenvolvimento económico sustentado.
13. O BID, como principal parceiro multilateral da região, tem condições para desenvolver um diálogo privilegiado com os países da América Latina e Caraíbas e desempenhar um papel dinamizador de uma iniciativa deste género, principalmente no contexto da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, que se realizará dentro de dias em Monterrey.
14. O debate internacional que vem tendo lugar sobre a necessidade de maior eficiência e responsabilidade na utilização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e melhor coordenação da ajuda levará cada um dos parceiros a concentrar os seus esforços e a aperfeiçoar a sua actividade onde tem maiores vantagens comparativas, pelo que algumas das recomendações do Grupo Consultivo Externo, como por exemplo a expansão do programa para o sector privado e a criação de uma nova afiliada, embora constituam ideias atractivas, devem ser bem estudadas do ponto de vista dos benefícios efectivos que poderão gerar.
15. Por fim, gostaria de sublinhar a opção política de Portugal de empenho, com uma posição de abertura para novas e mais criativas soluções, na Ajuda Pública ao Desenvolvimento e no apoio ao investimento privado, em geral para os países em

desenvolvimento, e, muito em particular, para o Brasil e para a América Latina e Caraíbas, regiões com as quais o meu país tem especiais relações de proximidade e afinidade.

16. Gostaria, enfim, de reafirmar que Portugal continuará a colaborar activamente no fortalecimento do Grupo BID, compromisso materializado com a recente aprovação definitiva pelas nossas autoridades da adesão à Corporação Interamericana de Investimentos, sinal inequívoco do nosso compromisso com o desenvolvimento desta região do mundo em que convictamente acreditamos e com o papel insubstituível que o Grupo BID tem a desempenhar nesses objectivos que todos partilhamos.